

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A (a “Companhia” ou “Matrinchã”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 22 de fevereiro de 2022.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis regulatórias da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de abril de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias referentes a 31 de dezembro de 2021, não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, portanto, não expressamos opinião ou qualquer outra forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020		Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	96.346	43.307	Fornecedores	15	3.279	34.459
Concessionários e permissionários	9	24.331	24.247	Empréstimos e financiamentos	17	62.087	59.626
Serviços em curso		1.654	1.469	Debêntures	18	29.725	20.515
Impostos a recuperar	10	4.259	1.362	Salários e encargos		915	864
Almoxarifado operacional	12	25.938	24.943	Impostos e contribuições sociais	16	6.649	3.040
Despesas antecipadas		414	448	Dividendos a pagar		22.561	64.032
Caixa Restrito	11	3.986	2.892	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		2.964	3.680
Outros ativos		13.842	7.318	Total do passivo circulante		128.180	186.216
Total do ativo circulante		170.770	105.986				
				Não circulante			
Não circulante				Exigível a longo prazo			
Caixa Restrito		43.969	40.157	Empréstimos e financiamentos	17	343.464	403.938
Imposto de renda e contribuição diferidos	20	31.765	36.609	Debêntures	18	342.061	208.475
Ativo imobilizado	13	1.958.569	2.030.052	Contingência	19	1.689	1.962
Intangível	14	36.545	36.687	Outros			
Total do ativo não circulante		2.070.848	2.143.505	Total do passivo não circulante		687.214	614.375
				Patrimônio líquido			
				Capital social	21	1.508.073	1.508.073
				Reserva legal	21	31.046	26.296
				Reserva de incentivos fiscais	21	30.370	22.082
				Prejuízos acumulados		(143.265)	(107.551)
				Total do patrimônio líquido		1.426.224	1.448.900
Total do ativo		2.241.618	2.249.491	Total do passivo		2.241.618	2.249.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Operações em continuidade			
Receita/ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		238.569	213.424
Outras receitas		8.056	7.747
Tributos			
PIS-PASEP		(4.215)	(3.773)
COFINS		(19.415)	(17.379)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.251)	(2.055)
Reserva Global de Reversão - RGR		(6.007)	(7.802)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(857)	(755)
Total receita líquida/ingresso líquido		213.880	189.407
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores	21	(10.588)	(9.821)
Materiais		(1.306)	(448)
Serviços de terceiros		(15.321)	(15.660)
Arrendamentos e aluguéis		(2.013)	(763)
Seguros		(1.224)	(1.643)
Doações, contribuições e subvenções		(14)	(10)
Provisões		245	(1.168)
(-) Recuperação de despesas		2.990	-
Tributos		(730)	(14)
Depreciação e amortização		(73.604)	(65.548)
Gastos diversos		-	8.893
Outras receitas operacionais		1.706	1.575
Outras despesas operacionais		2.165	(13)
Total resultado da atividade		116.186	104.787
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	22	(89.332)	(74.344)
Receitas financeiras	22	6.052	3.180
Total resultado antes dos impostos sobre o lucro		32.906	33.623
Imposto de renda corrente	19	(3.562)	(1.467)
Contribuição social corrente	19	(4.275)	(3.332)
Total		(7.837)	(4.799)
Total lucro líquido do exercício		25.069	28.824
Lucro por ação			
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores			
Detentores de ações ordinárias		0,0166	0,0191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	25.069	28.824
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>25.069</u>	<u>28.824</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.508.073	20.683	12.849	(120.051)	1.421.554
Reversão de dividendos não declarados	-	-	-	25.184	25.184
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.824	28.824
Constituição de reserva legal societária	-	5.613	-	(5.613)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	9.233	(9.233)	-
Dividendos mínimos obrigatórios societário	-	-	-	(26.662)	(26.662)
Total saldos em 31 de dezembro de 2020	1.508.073	26.296	22.082	(107.551)	1.448.900
Reversão de dividendos não declarados	-	-	-	(25.184)	(25.184)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.069	25.069
Constituição de reserva legal societária	-	4.750	-	(4.750)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	8.288	(8.288)	-
Dividendos mínimos obrigatórios societário	-	-	-	(22.561)	(22.561)
Total saldos em 31 de dezembro de 2021	1.508.073	31.046	30.370	(143.265)	1.426.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	32.906	33.623
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Depreciação e amortização	73.604	65.548
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	84.459	59.588
Provisão contingência	(245)	1.168
Atualização de impostos a recuperar	(111)	(816)
Total aumento/redução de ativos e passivos	190.613	159.111
Concessionários e permissionários	(84)	(5.686)
Impostos a recuperar	(2.786)	23.135
Outros ativos circulantes	(8.167)	(1.937)
Fornecedores	(31.180)	22.140
Impostos e contribuições sociais a recolher	(259)	(5.912)
Impostos e contribuições sociais	876	999
Salários e encargos	51	262
Outros	(577)	(2.176)
Total caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	148.487	189.936
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(2.094)
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(50.255)	(33.534)
Total caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	98.232	154.308
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(1.651)	(147.214)
Intangível	-	(203)
Resgate em caixa e equivalente de caixa com uso restrito	(4.906)	(7.933)
Total Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento	(6.557)	(155.350)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento Debentures	127.886	-
Recebimento BNDES	1.565	-
Pagamento de principal - empréstimos e debêntures	(78.871)	(40.944)
Pagamento de dividendos	(89.216)	-
Total caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(38.636)	(40.944)
Total aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	53.039	(41.986)
Início do exercício	43.307	85.293
Final do exercício	96.346	43.307
Total aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	53.039	(41.986)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. (“COPEL GeT”), para atuar na concessão do Lote A objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 012/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a) Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 012/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

O Contrato de Concessão nº 012/2012 foi assinado em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042, para a construção e operação das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica é celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) e regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$126.420 mil, teve acréscimos oriundos de escopos adicionais aprovados mediante as resoluções autorizativas da ANEEL (REA) nº 5050/2015, 5456/2015, 7173/2018 2895/2021 além de ser reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2021 quando a RAP teve reajuste de aproximadamente 8% e chegou, incluindo os reforços, a R\$235.425 mil. O montante da RAP recebido no exercício de 2021 foi de R\$246.625 mil.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Da concessão--Continuação

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, foram concluídas permitindo o escoamento de parte da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop.

Em 23 de janeiro de 2018, a Cia. recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em agosto de 2020 foram concluídas as obras do Novo Ramal Sinop (REA 7173/2018) e em 04 de setembro de 2020, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 28 de agosto de 2020.

b) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c) Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO), expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas. No dia 25 de novembro de 2020 foi emitida e renovação da LO, com validade de cinco anos, ou seja, 25 de novembro de 2025. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação e sua renovação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

Durante o ano de 2021 a MTE seguiu com o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação renovada. Em novembro de 2021 a concessionária assinou junto à SEMA o terceiro termo aditivo ao compromisso de compensação ambiental, definindo os termos de depósito do saldo da compensação. O depósito foi realizado em dezembro de 2021 em conta informada pelo órgão licenciador, tendo sido então cumprido o compromisso da concessionária.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)

i) Contexto geral

A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, conduzindo os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas levaram a uma recessão econômica em escala mundial, devido principalmente à interrupção das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros.

Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, os governos anunciaram pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, permitindo a possível superação da recessão econômica em um futuro não muito longínquo.

ii) Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL

No Brasil, o governo federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos poderes executivo e legislativo, bem como das agências reguladoras, visando apoiar as empresas e demais setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação de uma potencial crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020 e que declara o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública.

A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e consequentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)--Continuação

ii) Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL--Continuação

Por meio da análise dos índices de inadimplência das Companhias, é possível afirmar que a estratégia adotada pela ANEEL logrou êxito. As medidas de liquidez implementadas para a preservação do setor foram eficientes em atingir seu objetivo por terem sido direcionadas para o segmento de distribuição. Este segmento pode expor o setor elétrico aos impactos da crise econômica por (i) se tratar do principal responsável pela geração de receita do setor elétrico, arcando com parcela relevante dos pagamentos dos segmentos de geração e transmissão e (ii) ter sido atingido pela redução de demanda no segmento de consumo, após fechamento de estabelecimentos industriais e comerciais e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista a proibição temporária da suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes.

iii) Medidas adotadas pela Companhia

A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença.

a) Ações com foco em suas atividades e pessoas

A Companhia definiu as principais ações adotadas para proteção e prevenção dos efeitos do COVID-19 nas subestações e linhas de transmissão em um Plano que foi distribuído entre seus funcionários e fornecedores. Dentre essas ações cabe destacar as seguintes:

- Elaboração e divulgação de plano com orientações gerais para a prevenção do contágio;
- Fornecimento de máscaras a todos os colaboradores, com instruções específicas para uso;
- Fornecimento de álcool em gel para todas as localidades;
- Fornecimento de luva para todas as localidades;
- Fornecimento de água e sabão para equipe de Linha de Transmissão em atividade;
- Medição diária de temperatura, controle de sintomas e acompanhamento do estado de saúde e vacinação;

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)--Continuação

iii) Medidas adotadas pela Companhia--Continuação

a) Ações com foco em suas atividades e pessoas--Continuação

- Realização de exames periódicos para diagnósticos do COVID-19;
- Revezamento das equipes para evitar aglomerações no local de trabalho;
- Utilização de banco de horas e férias individuais;
- Readequação das escalas de trabalho: As escalas de permanência em alojamento foram estendidas para 12 dias em alojamento seguidos por 12 dias de descanso como forma de reduzir a circulação de empregados, aumentar os períodos de isolamento e reduzir riscos de contaminação;
- Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis e prementes e que expõem a operação a riscos bem como preventivas próximas as bases ou mais importantes;
- Disponibilização de declaração para livre circulação de colaboradores para os estritos fins de prestação do serviço essencial de transmissão de energia àqueles que impreterivelmente precisam se deslocar;
- Diálogo com os prestadores de serviço e fornecedores para acompanhar os procedimentos para prevenção do contágio pelo COVID-19;
- Envio de comunicados com orientações sobre a COVID-19 periodicamente;
- Redução de colaboradores autorizados a circular simultaneamente dentro do mesmo veículo da empresa e higienização interna dos automóveis;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Restrição ao ingresso de terceiros nas instalações das empresas.

Para o escritório central no Rio de Janeiro foram adotadas as seguintes ações:

- Adoção do trabalho remoto (home office) a partir de 16/03/2020;
- Fornecimento de álcool em gel para todos os colaboradores e disponibilização em locais estratégicos do escritório;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)--Continuação

iii) Medidas adotadas pela Companhia--Continuação

a) Ações com foco em suas atividades e pessoas--Continuação

- Medição diária de temperatura, controle de sintomas e acompanhamento do estado de saúde e vacinação
- Realização de reuniões internas e externas exclusivamente por via remota (videoconferência);
- Adoção da prática de reuniões por teleconferência entre os grupos de O&M e Administrativo/Financeiro com os diretores, para direcionamento das ações;
- Viagens restritas exclusivamente para serviços inadiáveis;
- Envio de comunicados com orientações sobre a COVID-19 periodicamente;
- Restrição ao trânsito de pessoas nas instalações das empresas.

b) Ações com foco econômico-financeiro

Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar totalmente os impactos nas operações da Companhia no médio prazo. Ainda é preciso reconhecer que há certo grau de incerteza quanto aos efeitos da pandemia na economia e por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Porém, decorridos 6 meses do início das medidas de afastamento social, não há impacto relevante na geração de receita ou nos custos que importem em alteração significativa no acompanhamento orçamentário até a presente data.

A Companhia não enxerga qualquer sinal de anormalidade nas operações e não chegou ao seu conhecimento qualquer outro evento que possa ser interpretado como indicativo de que possam ter suas operações e/ou situação econômico-financeira impactada.

Para pautar suas ações, a administração da Companhia monitora os fluxos de caixa buscando identificar desvios considerados relevantes, por meio de revisões mensais das projeções e da inclusão do realizado no período. Caso seja necessário as premissas são ajustadas e testes de sensibilidade são realizados, como foi o caso dos cenários de quebra de receita apresentado no Memorando da primeira revisão trimestral. Como já informado, o efeito da pandemia ainda é pequeno se considerado o impacto em receita e custos, não trazendo variações significativas quando se leva em consideração o caixa acumulado.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

d) Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)--Continuação

iii) Medidas adotadas pela Companhia--Continuação

b) Ações com foco econômico-financeiro--Continuação

Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, nos primeiros meses da pandemia, a partir de março de 2020, a Companhia adotou as seguintes ações:

- Adesão à suspensão temporária de amortizações do empréstimo contratado junto ao BNDES (stand still), pelo prazo de seis meses com o diferimento no restante do contrato;
- Postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020;
- Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020.

iv) Impacto nas Demonstrações contábeis regulatórias

A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência de seus clientes, considerando o quanto verificado nos últimos 90 dias, além de seu faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na data de assinatura deste memorando não havia variação significativa no índice de inadimplência e está se relacionava principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS. Desta forma, não foi considerado nenhum valor para PCE ou a possibilidade de redução no valor recuperável de ativos não financeiros (impairment), tendo ainda em vista o êxito das medidas implementadas pela ANEEL para contenção dos impactos da crise econômica sobre o setor elétrico.

Ressalta-se ainda que, até o momento, não houve necessidade da Companhia realizar a revisão do seu planejamento estratégico, pois as projeções de caixa têm se confirmado conforme cenários otimistas. As rupturas das cadeias de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2022.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatória, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota Explicativa nº 7.11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

5. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

b) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 7.

7. Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

7.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.2. Imobilizado

7.2.1. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

7.2.2. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.3. Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

7.4. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.5. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido societário anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no Patrimônio Líquido.

7.6. Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.7. Despesas de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

7.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.8.1. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.8.2. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

7.8.2. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário diferido--Continuação

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.9. Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão - 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.10. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.10. Instrumentos financeiros--Continuação

7.10.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.10.2. Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.11. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Matrinchã, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 50 - Contratos de Seguro

O CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro, é uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu o CPC 11. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

O CPC 50 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. Essa norma não se aplica à Companhia.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Matrinchã.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

7.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos conta movimento	9.322	8.689
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	3	19
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	58.047	5.900
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	6.266	6.851
Aplicação financeira - CDB Banco Paraná	22.708	21.848
Total	<u>96.346</u>	<u>43.307</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 102,15% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) enquanto em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,77% do CDI.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

9. Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Vencidos acima de 120 dias	665	702
Vencidos de 61 a 120 dias	4	25
Vencidos até 60 dias	30	22
A vencer	<u>23.632</u>	<u>23.498</u>
Total	<u><u>24.331</u></u>	<u><u>24.247</u></u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST). Além disso, os débitos vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS.

10. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRPJ	3.114	1.136
CSLL	<u>1.145</u>	<u>226</u>
Total	<u><u>4.259</u></u>	<u><u>1.362</u></u>

11. Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, constituídas em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Escritura da Segunda Emissão de Debentures da Companhia (vide notas 13 e 14). O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelos financiadores. A totalidade do saldo está aplicada em CDB ou em fundos de investimento lastreado em títulos públicos federais, conforme previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou ICSD de 1,4, superando o ICSD mínimo de 1,2, além de estar cumprindo integralmente as demais obrigações previstas no Contrato de Financiamento do BNDES e nas Escrituras de sua Segunda e Terceira Emissão de Debêntures.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Caixa Restrito--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta pagamento debêntures	3.986	1.094	2.892
Reserva BNDES	22.821	29	22.792
Reserva de debêntures	21.148	3.783	17.365
Total	47.955	4.906	43.049

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	3.986	2.892
Não circulante	43.969	40.157
Total	47.955	43.049

12. Almoxarifado operacional

	<u>31/12/2021</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2020</u>
Almoxarifado de manutenção e operação	25.938	8.182	17.756
Transformação, fabricação e reparos de materiais	-	(6.688)	6.688
Total	25.938	1.494	24.444

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	baixas	Transferências	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	2.226.717	-	-	-	2.226.717	-	(361.526)	1.865.191	1.936.767
Edificações e obras civis	42.947	-	-	-	42.947	-	(8.198)	34.749	36.366
Terrenos	841	-	-	-	841	-	-	841	841
Móveis e utensílios	393	-	-	-	393	-	(104)	289	307
Subtotal	2.270.898	-	-	-	2.270.898	-	(369.828)	1.901.070	1.974.281
Administração									
Máquinas e equipamentos	446	250	-	-	696	250	(192)	504	326
Móveis e utensílios	71	-	-	-	71	-	(14)	57	57
Veículos	617	224	-	-	841	224	(272)	569	524
Subtotal	1.134	474	-	-	1.608	474	(478)	1.130	907
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	384	-	-	(384)	-	(384)	-	-	384
Edificações e obras civis	44.827	-	-	(5.720)	39.107	(5.720)	-	39.107	44.827
A ratear	5.010	-	-	(1.577)	3.433	(1.577)	-	3.433	5.010
Adiantamentos a fornecedores	4.411	-	-	8.178	12.589	8.178	-	12.589	4.411
Melhorias na linha	169	-	(169)	(169)	-	(169)	-	-	169
Subtotal	54.801	-	(169)	497	55.129	328	-	55.129	54.801
Administração									
Instalações - Subcrédito C	63	1.177	-	-	1.240	1.177	-	1.240	63
Subtotal	63	1.177	-	-	1.240	1.177	-	1.240	10.865
Total do ativo imobilizado	2.326.896	1.651	-	497	2.328.875	1.979	(370.306)	1.958.569	2.030.052

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021		2020	
		Bruto	Depreciação e amortização acumuladas	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		2.270.898	(369.828)	1.901.070	1.974.281
Custo histórico	1,10%	2.270.898	(369.828)	1.901.070	1.974.281
Administração		1.608	(478)	1.130	907
Custo histórico	10%	1.608	(478)	1.130	907
Total em serviço		2.272.506	(370.306)	1.902.200	1.975.188
Em curso					
Transmissão		55.129	-	55.129	54.801
Custo histórico		55.129	-	55.129	54.801
Administração		1.240	-	1.240	63
Custo histórico		1.240	-	1.240	63
Total em curso		56.369	-	56.369	54.854
Total imobilizado		2.328.875	(370.306)	1.958.569	2.030.052

Adições do imobilizado em curso - R\$	Material/ equipamento	Total
instalações - subcrédito C	1.177	1.177
Total das adições	1.177	1.177

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Intangível

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	Transferências	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em serviço								
Transmissão								
Servidões	30.601	-	-	30.601	-	-	30.601	30.601
Total subtotal	30.601	-	-	30.601	-	-	30.601	30.601
Administração								
Software	309	-	-	309	-	(227)	82	224
Total subtotal	309	-	-	309	-	(227)	82	224
Ativo intangível em curso								
Transmissão								
Software	43	-	-	43	-	-	43	43
Servidões	5.819	-	-	5.819	-	-	5.819	5.653
Total subtotal	5.862	-	-	5.862	-	-	5.862	5.696
Total do ativo intangível	36.772	-	-	36.772	-	(227)	36.545	36.521

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

14. Intangível--Continuação

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2021		2020	
		Bruto	Amortização acumuladas	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo histórico		30.601	-	30.601	30.601
Em curso					
Custo histórico		5.862	-	5.862	5.969
Administração					
Custo histórico	20%	309	(227)	82	224
Total		36.772	(227)	36.545	36.687

15. Impostos e contribuições sociais

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda retido na fonte	569	52
Contribuição social	277	287
Pis/Cofins/CSLL	108	86
Pis/Pasep	367	354
Cofins	1.701	1.632
ICMS	6	-
INSS retido a recolher	414	185
ISS	215	185
Total	3.657	2.781

16. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2020	Captação	Juros apropriados	Amortização de juros	Amortização de principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2021
BNDES Subcrédito A	443.560	-	27.657	(27.679)	(52.551)	-	390.987
BNDES Subcrédito B	20.486	-	591	(603)	(7.013)	-	13.461
BNDES Subcrédito C	-	1.920	51	(25)	(63)	-	1.883
Custo de transação	(482)	(355)	-	-	-	57	(780)
Total	463.564	1.565	28.299	(28.307)	(59.627)	57	405.551

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	62.087	59.626
Não circulante	343.464	403.938
Total	<u>405.551</u>	<u>463.564</u>

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- Subcrédito 'A' - R\$614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, já foi desembolsado o total de R\$614.615.
- Subcrédito 'B' - R\$73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$58.133.
- Subcrédito 'C' - R\$3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última em 15 de janeiro de 2035. Deste subcrédito, foi desembolsado o total de R\$1.941.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Suspensão dos pagamentos do BNDES (Standstill)

Em 05.05.2020 o BNDES autorizou a suspensão temporária de pagamentos de principal e juros compensatórios referentes ao subcrédito "A" do Contrato de Financiamento firmado pela Companhia. A suspensão se dará de 15.05.2020 até 15.10.2020, com capitalização das parcelas suspensas ao saldo devedor, sem alteração do termo final do prazo de amortização da dívida nem da taxa de juros do Contrato.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Suspensão dos pagamentos do BNDES (Standstill)--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Acima de 2024</u>	<u>Total</u>
BNDES Subcrédito A	54.933	54.933	54.933	226.188	390.987
BNDES Subcrédito B	7.053	6.408	-	-	13.461
BNDES Subcrédito C	157	157	157	1.412	1.883
Custo de transação	(56)	(56)	(56)	(612)	(780)
Total	<u>62.087</u>	<u>61.442</u>	<u>55.034</u>	<u>226.988</u>	<u>405.551</u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou ICSD de 1,4, superando o ICSD mínimo de 1,2, além de estar cumprindo integralmente as demais obrigações previstas no Contrato de Financiamento do BNDES e nas Escrituras de sua Segunda e Terceira Emissão de Debêntures.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais. durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial. processo. procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto. especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais. no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial. processo. procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar. durante o período de vigência deste Contrato. as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente. segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza. Valor e Finalidade do Contrato).

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas (Covenants)--Continuação

Principais cláusulas restritivas do BNDE--Continuação

Instituição/ linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de amortiz.	Amortização de principal e juros de longo prazo				
															2023	2024	2025+	Total	
Financ. / emprést. moeda nacional																			
BNDES - Subcrédito A	2.381	52.553	336.053	390.987	Sim	27/12/2013	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada eaval/fiança bancária.	Juros e TJLP	1,97% + TJLP	15/01/2022	Mensal	15/01/2022	15/05/2029	168 parcelas mensais tendo iniciado em 15/06/2015	54.933	54.933	226.187	336.053	
BNDES - Subcrédito B	41	7.013	6.407	13.461	Sim	27/12/2013	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada eaval/fiança bancária.	Juros e TJLP	3,5% + TJLP	15/01/2022	Mensal	15/01/2022	15/11/2023	102 parcelas mensais tendo iniciado em 15/07/2015	6.407	-	-	6.407	
BNDES - Subcrédito C	7	150	1.726	1.883	Sim	27/12/2013	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, penhor de ações, Cessão fiduciária de conta vinculada eaval/fiança bancária.	TJLP	TJLP	15/01/2022	Mensal	15/01/2022	15/01/2035	161 parcelas mensais tendo iniciado em 15/08/2021	157	157	1.412	1.886	
Total por dívida																			
Financ. / emprést. moeda estrangeira																			
Financ. / emprést. moeda nacional	2.429	59.716	344.186	406.331											61.497	55.090	227.599	344.186	
	-	-	-	-											-	-	-	-	

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas (Covenants)--Continuação

Principais cláusulas restritivas do BNDE--Continuação

LIN	Instituição/linha devedora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente?	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Cronograma de amortização				Total
									2021	2022	2023	2024+	
9	Ativos financeiros	-	100.333	43.969	144.301	-	-	-	144.301	-	-	-	144.301
9.1	Caixa e aplicações financeiras	-	100.333	43.969	144.301	-	-	-	144.301	-	-	-	144.301
9.1.1	Saldo final de caixa - Conta 111	-	9.322	-	9.322	Sim	CDI	100%	9.322	-	-	-	9.322
9.1.2	Aplicação financeira CDB	-	87.024	-	87.024	Sim	CDI	100%	87.024	-	-	-	87.024
9.1.5	Aplicação financeira títulos públicos	-	3.986	43.969	47.955	Sim	CDI	100%	47.955	-	-	-	47.955
Resumo			Juros de curto prazo	Principal curto prazo		Principal + juros LP		Total 2021		Total 2020			
Dívida bruta													
Financ./emprést. moeda estrangeira			-	-	-	-	-	-	-	-			-
Financ./emprést. moeda nacional			(7.725)	(85.459)	(685.657)	(791.771)	(463.563)						
Ativos financeiros													
Alta liquidez			-	96.346	-	96.346	35.241						
Total dívida líquida			(7.725)	10.887	(685.657)	(695.425)	(428.322)						

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

17. Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 15/06/2016 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12;
- Rating atual da emissão (revisão setembro de 2019): AA+ (Fitch Ratings);
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de distribuição: 15/05/2016;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/06/2029;
- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7.58% a.a.;
- Garantias compartilhadas com o BNDES;
- Oferta: 3ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO13;
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de distribuição: 08/06/2021;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/12/2021;
- Data de vencimento: 15/12/2038;
- Quantidades de debêntures emitidas: 135.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 4,9335% a.a.;
- Sem Garantias. Quando ocorrer a exoneração das Garantias Reais pelo BNDES e pelos debenturistas da 2ª emissão, a Companhia deverá constituir a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ações em favor dos debenturistas, ou, a seu critério, notificar o Agente Fiduciário para que a taxa de juros seja incrementada em 0,3%.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

17. Debêntures--Continuação

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2020	Contratação	Juros apropriados	Amortização de juros	Amortização de principal	Custo de transação a amortizar	30/09/2021
Debêntures	236.664	135.000	54.968	(21.948)	(19.244)	-	385.440
Custo de transação	(7.674)	(7.114)	-	-	-	1.134	(13.654)
Total	228.990	127.886	54.968	(21.948)	(19.244)	1.134	371.786

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	29.725	20.515
Não circulante	342.061	208.475
Total	371.786	228.990

Em 31 de dezembro de 2021, o cronograma de vencimento das debêntures está detalhado a seguir:

	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Debêntures	29.725	32.863	37.528	271.670	371.786
Total	29.725	32.863	37.528	271.670	371.786

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 30% durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2021, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nas Escrituras da Segunda e Terceira Emissões de Debêntures foram cumpridas pela Companhia.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

17. Debêntures--Continuação

Instituição/linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data próximo serviço da dívida	Frequência serviço da dívida	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de amortiz.	Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo				
															2023	2024	2025+	Total	
Financ./emprést. moeda nacional																			
Debêntures II	5.057	24.578	212.530	242.165	SIM	15/05/2016	Compartilhada com BNDES	IPCA	7,58%	15/06/2022	SEMESTRAL	15/06/2022	15/06/2029	SEMESTRAL	20.398	23.198	169.038	212.634	
Debêntures III	239	1.165	141.871	143.275	SIM	08/06/2021	Compartilhada com BNDES	IPCA	4,93%	15/06/2022	SEMESTRAL	15/06/2022	15/12/2038	SEMESTRAL	13.608	15.464	112.695	141.767	
Total por dívida	5.296	25.743	354.401	385.440	-	-									34.006	38.662	281.733	354.400	
Financ./emprést. moeda estrangeira																			
Financ./emprést. moeda nacional	5.296	25.743	354.401	385.440											34.006	38.662	281.733	354.400	

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

18. Provisão para contingências e passivo contingente

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas a: (i) Causas trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Ação Indenizatória para constituição de Servidão Administrativa, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras).

As contingências provisionadas estão classificadas conforme a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	862	796
Tributário	-	100
Civil	827	1.066
Total	1.689	1.962

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	45	462
Tributário	29.295	48.042
Civil	7.790	8.496
Total	37.130	57.000

- (a) A totalidade dos processos judiciais cíveis classificadas como possíveis se refere a ações movidas pela Companhia contra proprietários de terras para a constituição de servidão necessária para a passagem da linha de transmissão.
- (b) Os processos fiscais considerados como perda possível estão em fase inicial, em sua maioria são processos administrativos iniciados pelo Estado de Mato Grosso, objetivando questionar o recolhimento de ICMS-Difal, ou pelos Municípios da região, que discutem os recolhimentos de ISS retido dos fornecedores.

Adicionalmente ao exposto acima, cabe ressaltar que a Companhia é parte em arbitragens. A perda é classificada como possível. Desta maneira, a Companhia ainda não considera qualquer montante para estes casos nos valores classificados como perda possível.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Lucro/Prejuízo Fiscal e Base Negativa. A Companhia usufrui de benefício fiscal concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) para a redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração (vide Nota 6.11). Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos fiscais acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Descrição	Base de cálculo	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2020	101.708	28.596	8.013	36.609
Adições 2021	-	-	-	-
Compensações 2021	(14.249)	(3.562)	(1.282)	(4.844)
Total saldo em 31/12/2021	87.459	25.034	6.731	31.765

Descrição	Base de cálculo	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2020		-	259	259
Adições 2021	47.496	11.850	4.275	16.125
Compensações 2021	(14.249)	(3.562)	(1.282)	(4.844)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	-	-	(259)	(259)
Benefício fiscal - SUDAM	-	(8.288)	-	(8.288)
Saldo em 31/12/2021		-	2.993	2.993

	31/12/2021	31/12/2020
Incentivo SUDAM	8.288	9.233
Imposto de renda corrente	(11.850)	(10.700)
Total	(3.562)	(1.467)
Contribuição social corrente	(4.275)	(3.332)
Total	(4.275)	(3.332)
Total líquido	(7.837)	(4.799)

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$1.508.073, dividido em 1.508.073 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>%</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117	769.117	51.0%
Copel Geração e Transmissão S.A.	738.956	738.956	49.0%
Total	<u>1.508.073</u>	<u>1.508.073</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia reconheceu Reserva de Capital para a contabilização de incentivos fiscais pelo direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao empreendimento situado na área de atuação da SUDAM, de titularidade da Companhia.

O benefício, aprovado em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo nº103 da RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tem prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição a partir de 2018 com término em 2027.

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos--Continuação

Em dezembro de 2020, seguindo o disposto no parágrafo 3º do artigo 40 do estatuto social da Companhia, a Administração considerou prescritos os dividendos não reclamados nos três anos anteriores, incorporando-os à reserva de lucros retidos. Em 30 de abril de 2021 os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, rejeitaram a prescrição de dividendos proposta pela Administração e determinaram a reversão dos valores correspondentes a rubrica de dividendos a pagar. A Companhia reverteu o lançamento desses dividendos na demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

Em 16 de julho de 2021, a Companhia pagou o valor de R\$64.032, referente à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios de 2017 a 2020.

Em 10 de novembro de 2021, a Companhia pagou o valor de R\$25.184, referente à distribuição remanescente de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020.

e) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Despesas com pessoal

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pessoal	(9.873)	(9.243)
Remuneração	(4.758)	(4.909)
Encargos sobre a folha de pagamento	(2.094)	(1.800)
13º salário	(416)	(299)
Férias	(246)	(596)
Gratificação	(581)	(338)
Despesas rescisórias	-	(127)
Benefícios a empregados	(1.778)	(1.174)
Administradores	(715)	(578)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(710)	(574)
Benefícios dos administradores	(5)	(4)
Total	(10.588)	(9.821)

22. Receitas (despesas) financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	6.132	2.524
Variações monetárias ativas	-	817
Outras receitas financeiras	215	19
Tributos sobre receitas financeiras		
PIS	(41)	(25)
COFINS	(254)	(155)
Total de receitas financeiras	6.052	3.180
Despesas financeiras		
Juros e multas	(4.361)	(14.296)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(84.526)	(58.624)
Outras despesas financeiras	(445)	(1.424)
Total de despesas financeiras	(89.332)	(74.344)
Total das receitas e despesas financeiras	(83.280)	(71.164)

(a) A redução das taxas de juros, notadamente o CDI, afetaram a receita financeira, além de uma menor disponibilidade de caixa com o avanço do investimento nas obras de reforço em Sinop.

(b) Com a queda da TJLP houve uma redução significativa em nossa despesa financeira referente aos contratos de empréstimo com o BNDES.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Conciliação

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço patrimonial

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalente de caixa	96.346	-	96.346	43.307	-	43.307
Concessionários e permissionários	24.331	-	24.331	24.247	-	24.247
Serviços em curso	1.654	-	1.654	1.469	-	1.469
Impostos a recuperar	4.259	-	4.259	1.362	-	1.362
Contas a receber ativo de contrato	-	196.659	196.659	-	165.984	165.984
Almoxarifado operacional	25.938	-	25.938	24.993	-	24.993
Despesas antecipadas	414	-	414	448	-	448
Caixa e equivalente de caixa com uso restrito	3.986	-	3.986	2.892	-	2.892
Outros ativos circulantes	13.842	(1)	13.841	7.318	-	7.318
Total do ativo circulante	170.769	196.658	367.428	105.986	165.984	271.471
Não circulante						
Contas a receber ativo de contrato	-	2.610.804	2.610.804	-	2.613.718	2.613.718
Caixa e equivalente de caixa com uso restrito	43.969	-	43.969	40.157	-	40.157
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	31.765	(31.765)	-	36.609	(36.609)	-
Ativo imobilizado	1.958.569	(1.956.302)	2.267	2.030.052	(2.029.684)	867
Intangível	36.545	(36.366)	179	36.687	(36.508)	179
Total do ativo não circulante	2.070.848	586.371	2.657.219	2.143.505	510.917	2.654.921
Total do ativo	2.241.618	783.029	3.024.647	2.249.491	676.901	2.926.392
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	3.279	-	3.279	34.459	-	34.459
Empréstimos e financiamentos	62.087	-	62.087	59.626	-	59.626
Debêntures	29.725	-	29.725	20.515	-	20.515
Salários e encargos	915	-	915	864	-	864
Impostos e contribuições sociais	6.649	-	6.649	3.040	-	3.040
Dividendos a pagar	22.561	-	22.561	64.032	-	64.032
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	2.964	-	2.964	3.680	1	3.681
Total do passivo circulante	128.180	-	128.180	186.216	1	186.217
Não circulante						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	343.464	-	343.464	403.938	-	403.938
Debêntures	342.061	-	342.061	208.475	-	208.475
Imposto diferidos	-	280.939	280.939	-	244.737	244.737
Contingência	1.689	-	1.689	1.962	-	1.962
Total do passivo não circulante	687.214	280.939	968.153	614.375	244.737	859.112
Patrimônio líquido						
Capital social	1.508.073	-	1.508.073	1.508.073	-	1.508.073
Reserva legal	31.046	-	31.046	26.296	-	26.296
Reserva de incentivos fiscais	30.370	-	30.370	22.082	-	22.082
Reserva de lucros retidos	-	358.825	358.825	-	324.612	324.612
Prejuízos acumulados	(143.265)	143.265	-	(107.551)	107.551	-
Total do patrimônio líquido	1.426.224	502.090	1.928.314	1.448.900	432.163	1.881.063
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.241.618	783.029	3.024.647	2.249.491	676.901	2.926.392

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

24. Conciliação--Continuação

Demonstração do resultado

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário	Regulatório	Ajustes CPC 47	Societário
Operações em continuidade						
Receita/Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	238.569	27.931	266.500	213.424	33.833	247.257
Receita de construção	-	-	-	-	174.969	174.969
Custo de construção	-	-	-	-	(141.591)	(141.591)
Outras receitas	8.056	-	8.056	7.747	-	7.747
Tributos						
PIS-PASEP	(4.215)	-	(4.215)	(3.773)	-	(3.773)
COFINS	(19.415)	-	(19.415)	(17.379)	-	(17.379)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.251)	-	(2.251)	(2.055)	-	(2.055)
Reserva Global de Reversão - RGR	(6.007)	-	(6.007)	(7.802)	-	(7.802)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(857)	-	(857)	(755)	-	(755)
Total receita líquida/ingressos líquidos	213.880	27.931	241.811	189.407	67.211	256.618
Custos gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e administradores	(10.588)	-	(10.588)	(9.821)	-	(9.821)
Materiais	(1.306)	-	(1.306)	(448)	-	(448)
Serviços de terceiros	(15.321)	-	(15.321)	(15.660)	-	(15.660)
Arrendamentos e aluguéis	(2.013)	-	(2.013)	(763)	-	(763)
Seguros	(1.224)	-	(1.224)	(1.643)	-	(1.643)
Doações, contribuições e subvenções	(14)	-	(14)	(10)	-	(10)
Provisões	245	-	245	(1.168)	-	(1.168)
(-) Recuperação de despesas	2.990	-	2.990	-	-	-
Tributos	(730)	-	(730)	(14)	-	(14)
Depreciação e amortização	(73.604)	73.353	(251)	(65.548)	65.416	(132)
Gastos diversos	-	-	-	8.893	-	8.893
Outras receitas operacionais	1.706	-	1.706	1.575	-	1.575
Outras despesas operacionais	2.165	-	2.165	13	-	(13)
Total resultado da atividade	116.186	101.284	217.470	104.787	132.627	237.414
Resultado financeiro						
Despesas financeiras	(89.332)	-	(89.332)	(74.344)	-	(74.344)
Receitas financeiras	6.052	-	6.052	3.180	-	3.180
Total resultado antes dos impostos sobre o lucro	32.906	101.284	134.190	33.623	132.627	166.250
Imposto de renda diferido	-	(23.057)	(23.057)	-	(36.204)	(36.204)
Contribuição social diferido	-	(8.300)	(8.300)	-	(12.988)	(12.988)
Imposto de renda corrente	(3.562)	-	(3.562)	(1.467)	-	(1.467)
Contribuição social corrente	(4.275)	-	(4.275)	(3.332)	-	(3.332)
Total	(7.837)	(31.357)	(39.194)	(4.799)	(49.192)	(53.991)
Total lucro líquido do exercício	25.069	69.927	94.996	28.824	83.435	112.259

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Conciliação--Continuação

23.1 Ativo de contrato

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

23.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

23.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação do CPC 47.

23.4 Remuneração do ativo de contrato (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo de contrato decorrentes da aplicação do CPC 47.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Conciliação--Continuação

23.5 Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 18, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

23.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2021	2020
Patrimônio líquido societário	1.928.314	1.881.063
Ativo financeiro	(2.807.463)	(2.779.702)
Impostos diferidos ativos	31.765	36.609
Imobilizado	1.956.302	2.029.684
Intangível	36.366	36.508
Impostos diferidos passivo	280.939	244.737
Outros ajustes de diferentes práticas	1	1
Total patrimônio líquido regulatório	1.426.224	1.448.900

23.7 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2021	2020
Lucro líquido conforme contabilidade societária	94.996	112.259
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Receita de operação com transmissão de energia	246.625	221.171
(-) Receita de operação com transmissão de energia	(246.625)	(221.171)
Margem de construção	-	(33.378)
Atualização do ativo financeiro da concessão (CPC 47)	(191.835)	(183.737)
Margem de O&M	(2.080)	(3.724)
Amortização do ativo de contrato da concessão (CPC 47)	165.984	153.648
Depreciação e amortização regulatória	(73.353)	(65.548)
Gastos operacionais	-	112
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	31.357	49.192
Total lucro (prejuízo) líquido regulatório	25.069	28.824

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

24. Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

Ativos financeiros	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	96.346	43.307
Contas a receber	24.331	24.247
Caixa restrito	47.955	43.049
Total	168.632	110.603

- Caixa e equivalentes de caixa: representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

24. Gestão de riscos--Continuação

a) Riscos de crédito--Continuação

- Contas a receber: a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.
- Caixa restrito: Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debêntures da Companhia.

b) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de commodities e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

24. Gestão de riscos--Continuação

b) Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros: Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

<u>Instrumentos financeiros por indexador</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	87.024	34.618

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

24. Gestão de riscos--Continuação

b) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos--Continuação

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador das Emissões das Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período.

As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalanceando o fluxo de caixa da Companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes.

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

24. Gestão de riscos--Continuação

c) Riscos operacionais--Continuação

- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

24.1 Categorias de instrumentos financeiros

	<u>Categoria</u>
Ativos financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

24. Gestão de riscos--Continuação

24.1. Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite máximo de indenização	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	11/04/2021	11/04/2022	R\$20.000	1001000001540
Riscos Operacionais	12/04/2020	12/04/2022	R\$150.000	1009600000286
Responsabilidade Civil	12/04/2021	12/04/2022	R\$10.000	5100002417

25. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração de administradores

Até 31 de dezembro de 2021 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$710 (R\$813 em 31 de dezembro de 2020).

b) Saldo em aberto com partes relacionadas

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2021	31/12/2020
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	-	3.019
Total			-	3.019

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2021	31/12/2020
Resultado (despesas)				
State Grid Brasil Holding - aluguel	Custos administrativos	Aluguel	696	552
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo Operacional	Custo O&M	-	1.857
Total			696	2.409

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

26. Eventos subsequentes

No final de janeiro de 2022, a Companhia tomou ciência do ajuizamento de execução fiscal movida pelo Estado do Mato Grosso para cobrança de Diferencial de Alíquota (DIFAL) do ICMS, no montante de aproximadamente R\$60390.000, relacionados a supostos fatos geradores ocorridos no período entre 2013 e 2015, durante a vigência de benefício fiscal regularmente concedido, que a isentava de tais recolhimentos. A questão foi recentemente judicializada, mas a Companhia possui elementos de provas contundentes capazes de demonstrar o equívoco perpetrado pela Fazenda Mato Grossense na questão em comento. Importante ressaltar, em linha com o item "d" supra. Cabe esclarecer que a Companhia se valeu de um benefício fiscal regularmente concedido pelo Estado do Mato Grosso, o qual jamais fora cassado ou anulado, estando plenamente vigente até os dias atuais. Nesses termos, ainda que se admita a cobrança do crédito tributário decorrente do não reconhecimento do incentivo fiscal, deve-se aplicar o disposto no parágrafo único, do art. 100, do CTN, que prevê a necessidade de exclusão de multas, correção monetária e juros moratórios do débito fiscal. O montante principal é de R\$61.014.